

UNIVERSIDADE FRANCISCANA – UFN
ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PABLO CARDOSO

**O IMPACTO DA CRISE DE 2015 NO MERCADO DE TRABALHO
FORMAL DE SANTA MARIA/RS**

SANTA MARIA

2019

PABLO CARDOSO

**O IMPACTO DA CRISE DE 2015 NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE
SANTA MARIA/RS**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Área de Ciências Sociais, Universidade Franciscana (UFN), como requisito parcial à obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Orientador: Prof. Dr. Thales Augusto Zamberlan Pereira.

SANTA MARIA

2019

PABLO CARDOSO

**O IMPACTO DA CRISE DE 2015 NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE
SANTA MARIA/RS**

Trabalho Final de Graduação (TFG)
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Franciscana,
como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Thales Augusto Zamberlan Pereira, Dr. (UFN)

Rafael Pentiado Poerscke, Dr. (UFN)

Taíze de Andrade Machado Lopes, Ms. (UFN)

Santa Maria, RS
2019

Dedico esse trabalho a Elisiane Alles, fiel companheira a qual sempre estive ao meu lado. E a minha querida vó Vera Regina por proporcionar-me condições de estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Thales Augusto Zamberlan Pereira não só pela orientação deste trabalho, mas também pela nova forma de ver o mundo. À Prof. Msc Taíze de Andrade Machado Lopes pelo trabalho como coordenadora e professora, onde desempenhou papel fundamental para a conclusão de um sonho. Sua dedicação como profissional e pessoa fizeram total diferença. Aos colegas Bruno e Nelson pelo apoio na pesquisa.

Agradeço a todos velhos e novos amigos que conquistei nessa caminhada. A todos os colegas e professores, pois sem eles nada poderia ter sido feito.

Agradecimento em especial para minha namorada Elisiane Alles por estar sempre disposta a ouvir, compreender e comentar com destrezas todos e quaisquer assuntos pertinentes a vida.

RESUMO

O IMPACTO DA CRISE DE 2015 NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE SANTA MARIA/RS

AUTOR: Pablo Cardoso

ORIENTADOR: Thales Augusto Zamberlan Pereira

A recessão do mercado internacional causada pela insolvência no sistema de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos, em 2008, juntamente com as crises políticas e econômicas no Brasil entre 2013 e 2016, trouxeram grande instabilidade para o mercado de trabalho brasileiro. Essa monografia analisa dados do mercado de trabalho formal de Santa Maria (RS) para verificar o impacto regional da crise 2015. Para isso, será apresentado um resumo do debate sobre produtividade no Brasil, além de dados do IBGE Cidades e do CAGED para Santa Maria e outras cidades do sul do Brasil. A pesquisa apresenta a duração das crises, a tendência de salários e quais setores perderam mais postos de trabalho em Santa Maria e nas outras cidades selecionadas entre 2007 e 2018.

Palavras-chave: Crise. Trabalho formal. Desemprego.

ABSTRACT

THE IMPACT OF 2015 CRISE ON THE FORMAL LABOR MARKET OF SANTA MARIA/RS

AUTHOR: Pablo Cardoso

ADVISOR: Thales Augusto Zamberlan Pereira

The recession in international markets caused by the insolvency of the United States real estate mortgage system in 2008, together with political and economic crises in Brazil between 2013 and 2016, brought great instability to the Brazilian labor market. This monograph analyzes data from the formal labor market of Santa Maria (RS) to verify the regional impact of the 2015 crise. For this, a summary of the debate on productivity in Brazil will be presented, as well as data from IBGE Cidades and CAGED for Santa Maria and other cities in southern Brazil. The research presents the duration of the crises, the trend of wages, and which sectors lost the most jobs in Santa Maria and other selected cities between 2007 and 2018.

Keywords: Crisis. Formal work Unemployment.

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1: Resultado das médias ano a ano da busca pela palavra “emprego”	14
Gráfico 2: Saldo de empregos formais, 2007-2018. Média móvel 12 meses	30
Gráfico 3: Mediana dos salários (R\$), trabalhadores admitidos. Preços de 04/2019.	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparativos entre cidades.....	28
Tabela 2: Comparação da crise de Santa Maria com outros municípios com características semelhantes.....	31
Tabela 3: Classificação dos quatro primeiros grupos CBO para as cinco cidades pesquisadas.....	33

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	16
2.1 Determinantes gerais da produtividade do trabalho	16
2.2 A produtividade do trabalho no Brasil	24
3. METODOLOGIA	28
4. EFEITO DA CRISE ECONÔMICA EM SANTA MARIA: UM ESTUDO COMPARADO	30
4.1 Saldo de empregos formais	30
4.2 Duração da crise.....	31
4.3 Salários.....	32
4.4 Impacto setorial da crise	33
5. CONCLUSÃO	37
6. REFERÊNCIAS	39
ANEXO 1 - RESULTADOS DAS QUINZE PRIMEIRAS CATEGORIAS MAIS ATINGIDAS DURANTES O PEÍODO DE CRISE	43

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, devido as crises instaladas no sistema econômico brasileiro, somos alvejados por informações sobre a atual situação do desemprego do país. Para entendermos melhor sobre o tema, cabe-nos então perguntarmos qual seria o real nível de desemprego e em que áreas ele está nos afetando mais. Para isso, precisamos voltar no tempo e tentar entender a motivação deste período que o país enfrenta.

Ao estudar a expansão do emprego e tamanho das empresas entre os anos de 1995 e 2011, período escolhido por apresentar tendências distintas na evolução do emprego formal, há evidências que o crescimento desse emprego está relacionado com o crescimento do tamanho médio das empresas e também respaldam a possibilidade de que tenha havido uma tendência generalizada de crescimento do tamanho dos estabelecimentos, mesmo os recém-criados. As características desse modelo conectadas com o cenário macroeconômico do momento, ajudam a entender a expansão do emprego formal (CORSEUIL, MOURA E RAMOS (2014, p. 165).

Sinalizando que estávamos em um período de melhora e otimismo com a economia desde o ajustamento da mesma ocorrido em 2003, o mercado de trabalho do Brasil apresentou melhora, o que reduziu a taxa de desemprego anual de 12,3% de 2003 para 5,4% em 2013 reduzindo também, como consequência, a taxa de informalidade. Em 2014, a desaceleração da expansão de pessoas ocupadas é um fenômeno esperado em virtude da taxa de desemprego ter atingido níveis historicamente baixos até o momento pré-crise, indicando as reduções da taxa de desemprego ocorreriam em ritmo mais lento. Barbosa (2014) infere ainda que, para manter baixa a taxa de desemprego, encontram-se o crescimento de setores intensivos em mão de obra e baixo crescimento populacional futuro o que reduzirá a oferta de trabalho (BARBOSA FILHO, 2014). Utilizando os mesmos dados, porém no período entre 2002 e 2012, houve uma queda da taxa de desemprego e de informalidade. Essas quedas se devem a geração de emprego sendo resultado do crescimento econômico e da mudança na composição dos setores que o país experimentou com esse crescimento. Um fator que determina essa queda da

informalidade é o processo de aceleração educacional (MOURA e BARBOSA FILHO, 2014).

A crise de 2008 no Brasil, eclodiu com a recessão do mercado internacional causada pela insolvência generalizada no sistema de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos. Esta insolvência trouxe como consequência a crise à expansão do crédito onde essa possui determinantes conjunturais e estruturais. Nas determinantes conjunturais, houve a redução significativa da taxa de juro nos Estados Unidos; já as estruturais, desregulamentação do setor financeiro e o menor dinamismo do setor real. Com a crise, o governo brasileiro precisou tomar medidas orientadas especificamente para a expansão da liquidez (GONÇALVES, 2008).

O Brasil, a partir de outubro de 2008, contaminado pela crise internacional, teve uma queda no seu Produto Interno Bruto (PIB) de mais de 4 pontos percentuais entre o último trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009. O principal setor responsável pela redução do PIB nesse período foi o setor industrial, com uma redução de 11,6%. O setor agropecuário registrou leve expansão de 0,6% e o setor terciário cresceu 4,2%. As demissões ultrapassaram as contratações diante à queda na expansão da produção, fazendo com que os trabalhadores perdessem empregos e os novos ingressantes no mercado de trabalho não tivessem possibilidades de trabalhar. Como consequência, houve a elevação da taxa de desempregados, interrompendo a trajetória de queda no desemprego no Brasil (POCHMANN, 2009).

Logo após a crise de 2008, o país passou por períodos conturbados na política. Protestos em 2013, polarização durante a reeleição de Dilma Rousseff, adoção de ajuste fiscal insuficiente e a desintegração da base do Congresso Nacional fizeram com que o ano 2015 apresentasse uma série de problemas para a economia. Para Neto (2016) há dois diagnósticos da crise de 2015. O primeiro por problemas externos, onde as quedas dos preços dos bens primários nos últimos anos levaram à desvalorização da moeda brasileira, ocasionando um choque para a economia do país. A segunda seria resultado direto de erros de política econômica cometidos durante os cinco anos e pouco mais de quatro meses de Dilma Rousseff no Palácio do Planalto, onde houve intervenções em vários mercados e setores produtivos, o que trouxe oscilações bruscas na política econômica (NETO, 2016).

A crise de 2015 resultou de uma combinação de choques de oferta e demanda por resultados de erros de política econômica quando foram adotadas políticas conhecidas como “Nova Matriz Econômica” (NME). Tais choques produziram uma redução da capacidade de crescimento da economia brasileira e piora na situação das finanças públicas. Os investimentos da economia brasileira a partir de 2015, devido à perda de capacidade financeira do governo, se reduziram com o esgotamento da NME. A redução de investimentos da Petrobras foi um exemplo dessa fase. Nesse período, há outra variável que aumentou o risco país. Foi a crise de sustentabilidade fiscal, que fez, junto a taxa de juros de longo prazo e a incerteza, reduzir consumo e investimento de forma substancial em 2015 e 2016 (BARBOSA FILHO, 2017).

Um fator que acompanha um cenário de crise é o índice de desemprego. Esse tema nos faz pensar em como as empresas articulam para driblar os custos de transação de funcionários frente a uma crise instalada. Em casos de demissão de trabalhadores, as empresas são livres para demitir e contratar trabalhadores desde que paguem os custos dessa demissão. Como resultado, o valor dos direitos trabalhistas é definido na negociação salarial entre a empresa e o trabalhador, pois o que importa para a empresa é o custo total da mão de obra e não o salário. Essa característica traz consequências. A única restrição à demissão de trabalhadores é monetária, pode ser estimada com algum grau de certeza pelo empregador quando o trabalhador é contratado. Deste modo, para os trabalhadores pouco qualificados, o melhor é ser demitido e se apropriar do prêmio por demissão. Ao saber disso, a empresa acaba por não investir na qualificação de seu funcionário e o demite antes de completar um ano de serviço, pois é quando seria necessário homologar a demissão junto a Delegacia do Trabalho e ao sindicato da categoria (CAMARGO, 2014).

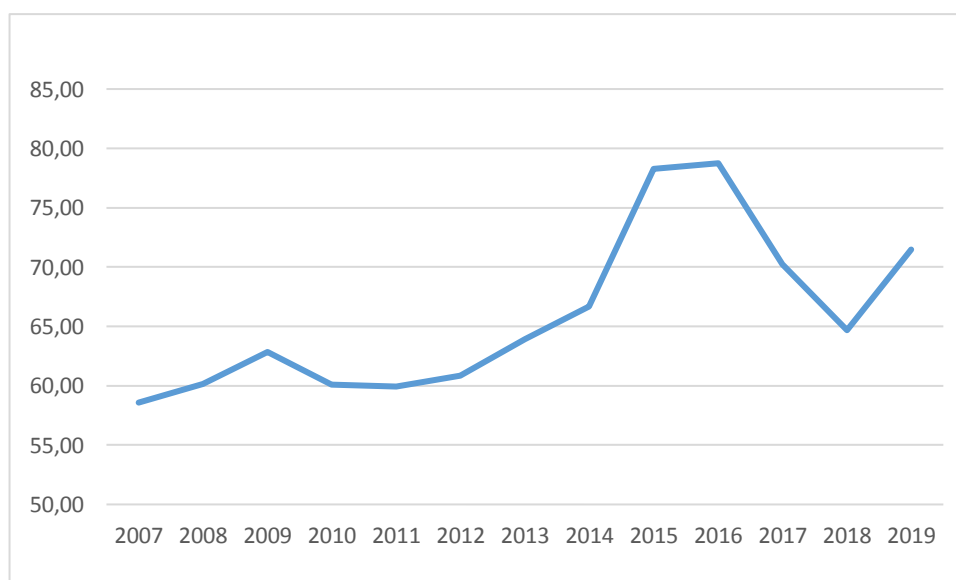
A probabilidade de permanecer no emprego varia com o tempo de serviço, o qual se torna um aspecto em geral despercebido quando se analisa a taxa de rotatividade agregada¹. Segundo Gonzaga e Pinto (2014, p. 186), no primeiro ano da relação de trabalho é que há maior intensidade de separações, o que se torna um

¹ Taxa média de saída de funcionários (demissões voluntárias e involuntárias) em relação ao número médio de funcionários de uma empresa em determinado período.

padrão observado pela análise da duração dos contratos de trabalho em vigor numa determinada data.

Como forma estilizada de demonstrar a mudança no mercado de trabalho durante o início de 2015, o Gráfico 1 apresenta a busca pela palavra “emprego” no *Google Trends*, ferramenta que apresenta estatísticas do mecanismo de busca. O gráfico nos mostra oscilações anuais das médias dos dados mensais da pesquisa onde apresenta picos nos meses de janeiro de cada ano. Esse resultado nos mostra que a alta procura acontece pelo desligamento dos trabalhadores no final de cada ano, pois as empresas se beneficiam desse método por não precisarem pagar os tributos pelos funcionários. Entre os anos de 2007 e 2012 não é possível identificar mudanças significativas entre as pesquisas por emprego. Após 2014 e intensificando nos primeiros meses de 2015 e no ano de 2016, o gráfico demonstra as oscilações da crise de 2008, a qual retorna em baixa até o início do ano de 2019. As análises focam em dados agregados onde existe a necessidade de analisar o mercado de trabalho local.

Gráfico 1: Resultado das médias ano a ano da busca pela palavra “emprego”.



Fonte: *Google Trends*. Elaborado pelo autor.

Visto os temas que incidem sobre crises instaladas no país juntamente ao mecanismo de desemprego, percebemos a necessidade de aferir o quanto de fato as crises impactam os setores formais de empregos. A maior parte dos trabalhos sobre

a crise no mercado de trabalho formal de 2015 abordam o cenário brasileiro como um todo e não regiões específicas. Em razão de não haver análises regionais sobre o tema, o foco dessa pesquisa será a cidade de Santa Maria. Para averiguar o impacto da crise de 2015 no mercado de trabalho formal em Santa Maria, a proposta do trabalho é unir os dois episódios da crise brasileira e comparar o mercado de trabalho nas diferentes cidades, a saber: Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul e Pelotas, no Rio Grande do Sul e Chapecó em Santa Catarina. A pesquisa será efetuada utilizando dados do IBGE Cidades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

De acordo com a disponibilidade de dados, o foco quantitativo do trabalho será o mercado de trabalho formal. Na primeira parte desse estudo será apresentado a teoria sobre produtividade e um resumo do debate sobre produtividade no Brasil. Na segunda parte, serão apresentados os dados para Santa Maria e região utilizando a base de dados do IBGE Cidades e do CAGED. O objetivo de discutir os dados do mercado de trabalho do Brasil foi para analisar os dados sobre o ano de 2015 em Santa Maria, no entanto será apresentado um resumo sobre o mercado de trabalho brasileiro ao longo dos últimos 20 anos onde ocorreram acréscimos e decréscimos no nível de emprego formal do país.

O objetivo do trabalho é analisar o impacto da crise de 2015 no mercado de trabalho formal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, e contrapor com as cidades que apresentam características socioeconômicas comparáveis no estado como: Passo Fundo, Caxias do Sul, Pelotas, e a cidade de Chapecó em Santa Catarina. Como forma especificada, vou verificar quais setores perderam mais postos de trabalho em Santa Maria durante a crise de 2015, e comparar o desemprego entre setores nas cidades selecionadas.

Metodologicamente, utilizarei dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE Cidades), a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para analisar a mediana dos salários e o saldo de trabalho durante a crise.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Neste tópico será apresentada uma revisão da literatura. No primeiro momento será abordado a produtividade do trabalho no Brasil, o qual tem relação com desemprego, e sua estrutura. No segundo momento os determinantes gerais da produtividade do trabalho brasileiro.

Para falarmos sobre desemprego, é importante ter conhecimento como esse é calculado. A Taxa de Desemprego é calculado de acordo com o número de pessoas desocupadas dividido pela População Economicamente Ativa (PEA). A PEA se dá pela população em idade de trabalho no período de referência ou tem uma ocupação que produzem bens ou serviços econômicos, e por aqueles que não possuem ocupação, mas procuram ativamente. Vale mencionar que boa parte da população encontra-se executando sua atividade no setor informal, o que acaba por se tornar um dos fatores da baixa produtividade do Brasil, porém esse assunto não será abordado neste trabalho (IBGE, 2019).

2.1 Determinantes gerais da produtividade do trabalho

Produtividade é um indicador de eficiência técnica. Ela demonstra como as empresas, indústrias, setores ou até mesmo o país transforma insumos medidos na produção de bens e serviços. Existem duas medidas de produtividade mais comuns que são: a produtividade do trabalho (PT), e a produtividade total dos fatores (PTF). A PT captura o valor dos produtos (outputs) produzidos (ou com o valor agregado), dividido pelo número de trabalhadores. É a medida mais simples e direta para chegar a um indicador sobre a eficiência da economia, de seus setores ou agentes econômicos. Portanto, trata-se da medida da quantidade de riqueza gerada por cada trabalhador. Já A PTF, é derivada como resíduo do produto, depois de contabilizado o impacto de todos os insumos medidos (trabalho e capital). Em resumo, a PTF representa a eficiência como todos os insumos serão combinados no processo produtivo. Jones (2000) comenta que PTF é a produtividade agregada dos insumos de um país incluindo capital físico e humano, e sua interpretação desse termo do crescimento da PTF é que ele representa a mudança tecnológica.

Um das limitações da PT é que se trata de uma medida parcial de produtividade onde leva-se em conta apenas o trabalho, ignorando a intensidade e a qualidade do capital utilizado na produção assim como a qualidade do trabalho (ou o capital humano). Por isso, parte das diferenças observadas na produtividade do trabalho entre setores decorre do nível de intensidade da utilização do capital. Sendo assim, setores como a indústria extrativa, a qual é intensiva em capital, sempre terá indicadores de produtividade do trabalho superiores aos verificados em setores intensivos em mão de obra (DE NEGRI e CAVALCANTI, 2014).

A fim de medir com melhor precisão a quantidade de trabalho utilizada, usa-se medidas de horas trabalhadas, porém nem sempre são disponíveis, ou número de trabalhadores, ou ainda postos de trabalhos. Quando existem mudanças significativas na jornada de trabalho, essas diferentes medidas também podem afetar a evolução dos indicadores de produtividade.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil teve um alto crescimento quando o aumento médio do PIB chegou em 7,4% ao ano, sendo a transformação estrutural e o crescimento da força de trabalho, os principais responsáveis sobre esse aumento. Em 1961, o crescimento passou a ser volátil mesmo com uma tendência de queda entre 1974 e 1981. O maior crescimento foi marcado pela grande volatilidade nos últimos vinte anos (1996-2015), onde apresenta uma média de 3% no Brasil contra 9% na China e 7% na Índia. A contribuição da PTF caiu 1% durante esse período. A expansão da educação e da força de trabalho foram responsáveis por cerca de dois terços do crescimento geral (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

Na década entre 1981-1992, tanto o trabalho quanto o capital continuaram a ser incorporados à produção, porém ineficientemente, sendo que a produtividade do trabalho e a PTF caíram no período. Do ponto de vista da oferta agregada está claro que a redução na produtividade do trabalho associa-se principalmente ao crescimento mais lento do capital por trabalhador.

Em comparação com outras economias de mercado emergentes, destacando a contribuição limitada do investimento e da PTF para o crescimento geral no Brasil, estão as oscilações econômicas referentes as crises do leste asiático no final dos anos 90 e a crise econômica global em 2008. É possível concluir que o acúmulo de capital teve papel menos relevante no Brasil do que em muitos países comparáveis com

rápido crescimento, sendo a contribuição do trabalho no Brasil muito acima a qualquer outro país comparado. Entre os anos de 1995 e 2015, o Brasil segue com seu crescimento do valor agregado por trabalhador na mesma proporção que países da América Latina e Caribe (ALC), mas ainda muito abaixo das economias avançadas e outras economias emergentes (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

No Brasil, a contribuição da produtividade do trabalho para o crescimento geral do valor agregado *per capita* se limitou no patamar de 0,6% ao ano. A produtividade do trabalho representou apenas 39% do aumento da renda *per capita* entre 1996 e 2014. Durante o mesmo período, na média, a PTF foi negativa. Esta elevação da produtividade do trabalho resultou no aumento do capital por trabalhador. O Brasil então precisou aumentar a produtividade do trabalho para manter a taxa de crescimento do PIB *per capita*, pois, a medida de contribuição do crescimento da força de trabalho como parcela da população diminuíra (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

Ao compararmos o Brasil com os EUA, se o Brasil tivesse a mesma alocação setorial de mão-de-obra que os EUA, sua produtividade agregada aumentaria em 68%, ou seja, sua composição estrutural não é o principal motivo da diferença em sua produtividade. Caso o Brasil tivesse as mesmas taxas setoriais de produtividade que os EUA, a produtividade agregada saltaria 430% (VELOSO et al., 2017). Sendo assim a baixa produtividade do Brasil em relação aos EUA se deve a baixa produtividade na maioria das atividades.

Outro fator é a má alocação de recursos onde é acentuada pelo capital a qual reflete distorções políticas nos mercados financeiros. Se capital e trabalho fossem alocados com eficiência, as diferenças nos retornos marginais do capital e do trabalho entre empresas seriam limitadas.

Se pudéssemos enumerar as causas da baixa produtividade brasileira, em primeiro lugar estaria a falta de concorrência. Essa falta é decorrente de falha na integração dos mercados internos e externos. São barreiras à concorrência que limitam o comércio exterior, a integração do mercado doméstico e uma rivalidade entre as empresas locais, a fim de atender as necessidades dos consumidores. A concorrência de produtos no mercado é a disputa entre empresas no mesmo mercado de bens ou serviços para atrair os consumidores por meio de preços mais baixos e

maior qualidade. O poder de mercado já é o oposto (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

Existem três argumentos principais sobre como a concorrência serve à sociedade. Primeiro, a produtividade, a qual estimula as empresas a inovar e produzir com mais eficiência aumentando a produção. Segundo, a acessibilidade financeira, onde se reduz o preço para o consumidor, tanto para os usuários corporativos de bens e serviços produzidos por empresas mais acima na cadeia de valor, quanto para os usuários finais. E em terceiro, a integridade, a qual estimula as empresas a investir recursos para atrair consumidores e não privilégios do governo. Essa possibilita à sociedade acesso ao melhor que o mundo tem para oferecer (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

É expressivo o impacto da concorrência na produtividade. Segundo estimativas do Grupo Banco Mundial (2018, p. 32) uma queda de 10% na margem preço-custo média da manufatura no Brasil está associada a um aumento no crescimento da produtividade do trabalho de mais de 3% ao ano.

Em se tratando de barreiras à integração dos mercados domésticos e a abertura ao comércio exterior, o Brasil teria muito a ganhar com suas reduções. O país conseguiria ampliar o mercado onde as empresas vendem seus produtos e assim reduzir os custos por meio de economias de escala. Permitiria que as empresas obtenham acessos a insumos de melhor qualidade e variedade a menor custo, o que aumenta o retorno dos investimentos e da inovação. Seria permitido o acesso a oportunidades de aprendizados, o que o tornaria mais eficiente e inovador. Porém, há um certo receio sobre essa abertura, mesmo que tal atitude não ameaçaria a sobrevivência dos produtores nacionais.

Esse receio acontece porque as políticas de proteção comercial costumam ter como base uma noção equivocada de que ajudam as empresas nacionais a se preparar para a concorrência, quando na verdade a proteção comercial referente às importações costuma funcionar como um imposto direto sobre os exportadores, tornando-os menos competitivos.

Outra preocupação relacionada à liberalização do comércio é de que ela poderia prejudicar os pobres. Acontece que uma maior liberalização tarifária e uma racionalização de barreiras não tarifárias beneficiariam as famílias brasileiras em

todos os pontos da curva de distribuição de renda (GRUPO BANCO MUNDIAL). Se o país levasse em consideração a integração externa haveria benefícios que poderiam ser ampliados consideravelmente com o aumento da integração interna.

Os custos elevados de transporte e logística no Brasil limitam a integração nacional e internacional. Sua qualidade de infraestrutura é inferior a países compatíveis.

Segundo Pinheiro (2017, p. 291), para alocar melhor os investimentos é preciso seguir um “*business case*” que deve conter informações como: (a) a necessidade do projeto; (b) que este seja a melhor opção para se atingir o objetivo pretendido; (c) melhor custo-benefício; e (d) as implicações fiscais da realização do projeto.

O desenvolvimento da integração do mercado interno faria com que políticas regionais aproveitassem os benefícios da aglomeração econômica, sendo que quando trabalhadores e empresas estão em áreas de aglomeração urbana mais densas a produtividade aumenta. Ao investir em infraestrutura urbana, as políticas de desenvolvimento regional poderiam facilitar essas economias de aglomeração (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

Tradicionalmente, o Brasil é um país que possui baixas taxas de poupança agregada e de investimento. Sua poupança nacional vem se mantendo abaixo do PIB em torno de 20%, o que se traduz em baixos níveis de investimento agregado. Talvez, um dos motivos para essa baixa nos níveis de poupança e investimentos, possa ser o histórico de volatilidade macroeconômica do Brasil desde o início da década de 1960, onde desincentivou o aumento das taxas de intermediação financeira.

Para piorar, as políticas de concorrência apresentam deficiências como regras complexas para a abertura de agências e subsidiárias de bancos estrangeiros. Como se não bastasse, essas políticas, chegam a precisar da aprovação do presidente. Há também uma falha na legislação, onde não se definem com clareza as responsabilidades do Banco Central e da autoridade de regulação da concorrência, não ficando claro qual órgão é responsável por garantir a concorrência adequada no sistema bancário e evitar abusos do poder de mercado por parte dos bancos (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

O Governo Federal tem recorrido a fortes intervenções nos mercados de crédito, a fim de combater os efeitos do ambiente macrofinanceiro volátil e resolver as falhas remanescentes de mercado. Não tem recorrido apenas por meio da propriedade direta dos bancos comerciais, mas sim através do chamado sistema de crédito direcionado que passou a representar cerca de metade do total de crédito para a economia.

As regulações das taxas de juros vêm sendo característica fundamental das intervenções do governo nos mercados de crédito. As taxas de juros são estipuladas abaixo das taxas de mercado, em que muitas vezes são abaixo dos próprios custos de empréstimos do governo a fim de proteger setores específicos do alto custo do financiamento.

O sistema de crédito direcionado se tornou a segunda maior categoria de gastos fiscais das políticas federais de apoio às empresas, o que causou altos custos para a sociedade. Esse sistema subsidiado foi responsável por mais de 27% do total de gastos com políticas dessa natureza, ou seja, em 2015, 1,3% do PIB do Brasil. São incluídos nos custos fiscais subsídios diretos para programas específicos e financiamento para o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). As despesas com crédito subsidiado aumentaram de R\$ 24,8 bilhões em 2008 para R\$ 73,14 bilhões em 2015 (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

Mesmo com esses altos custos fiscais ainda não há evidências convincentes de que o sistema de crédito direcionado tenha tido um impacto positivo no crescimento da produtividade. É possível identificar duas conclusões que indiquem possíveis problemas de eficiência de alocação. Primeiro, o BNDES tem por costume almejar empresas grandes, ou seja, já estabelecidas no mercado e que conseguiriam empréstimos no setor privado. Segundo, há estudos indicando que a alocação de crédito pode ter sido influenciada por fatores não financeiros. Há evidências de que as empresas brasileiras que doaram para campanhas de candidatos políticos vitoriosos aumentaram suas chances de receber financiamento do BNDES. De acordo com o Grupo Banco Mundial (2018), o impacto do crédito via BNDES aumentou as distorções de produção, resultando no fraco crescimento da produtividade agregada.

Entre outros problemas de produtividade no Brasil está o acesso e a qualidade da educação. O sistema de capacitação profissional ainda é baixo. Mesmo com

grandes investimentos em educação, os retornos são irrisórios. Isso segue ocorrendo pois o trabalho e o capital ainda são mal alocados.

O tema de produtividade se tornou relevante ao debate econômico brasileiro quando houve uma desaceleração do crescimento econômico brasileiro no pós-crise. Com a redução da pobreza e da desigualdade nos primeiros anos da década de 2000, a economia brasileira passou por um processo de retomada do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Entre os fatores que concorrem para o bom desempenho da economia brasileira nos anos 2000 está o favorável cenário internacional para países em desenvolvimento exportadores de *commodities*. Com a grande medida impulsionados pelo crescimento da China, o crescimento da demanda e a elevação dos preços internacionais das *commodities* ajudaram a tornar mais ricos e mais dinâmicos os países primário-exportadores, o que contribuiu para a evolução favorável dos termos de troca ao longo do ciclo de crescimento dos anos 2000.

O foco nas políticas sociais foi outro fator relevante para o desenvolvimento, onde surtiu o efeito de ampliar o mercado de consumo doméstico e dar um novo dinamismo à economia do país. A redução da pobreza e da desigualdade foram consequências das expansões dos programas de transferência de renda e da política de valorização do salário mínimo. As transferências sociais focalizadas contribuíram com cerca de um terço na queda da desigualdade verificada entre 2004 e 2006, e que o programa Bolsa-Família, sozinho, contribuiu com 20% dessa redução. O aumento da renda do trabalho, o qual contribui com cerca de 30% na redução da desigualdade, e a ampliação do crédito, que passou de menos de 30% do PIB, no início, para mais de 50%, no final da década de 2000, também foram fatores relevantes para o desenvolvimento (DE NEGRI e CAVALCANTI, 2014).

Porém, essa caracterização não fica claro se é aplicada ao Brasil, pois seria de se esperar que essa transição fosse gradual, o que não parece ter sido o caso na experiência brasileira. No início da década de 1980, o colapso do crescimento brasileiro foi relativamente súbito, coincidindo com o começo da fase mais grave da crise da dívida externa.

Embora de forma não eficiente, o país continuou a apresentar altas taxas de acumulação de fatores mesmo com a redução do crescimento nos anos 1980. Tanto

o total dos fatores quanto do trabalho, o país recuperou os ganhos elevados de produtividade, o que caracterizou a retomada do crescimento com melhoria dos termos de troca internacionais possibilitando uma recuperação da produtividade.

Após a década de 1980, quando a média decenal crescia 8,6% ao ano após ter alcançado o pico de 9,5% em 1977, houve um mergulho na velocidade do crescimento. Como forma de caracterização inequívoca a “década perdida” de 1980, dado que a população crescia à taxa de 1,9% ao ano no período, a taxa decenal mais baixa ocorreu em 1990 (1,6% a.a.). Daí até 1994 (2,8%), a aceleração observada foi abordada logo em seguida por conta das crises externas da segunda metade dos anos 1990 (BONELLI, 2014).

As mudanças demográficas refletem uma parte da desaceleração do crescimento pela qual o país vem passando. Em se tratando de longo prazo, há limitações para o aumento da força de trabalho, o que resulta a taxas menores no crescimento futuro da População em Idade Ativa (PIA). A medida em que o país avança social e economicamente, o bônus demográfico² para o crescimento econômico diminui o que irá levar a um momento em que a População em Idade Ativa deixará de crescer. Segundo o IBGE, esse ponto foi estimado como ocorrendo em 2048 ou 2049, dependendo como a forma de considerar a PIA composta por pessoas de 10 anos ou mais de idade. A longo prazo, o colapso da produtividade do trabalho e da produtividade total dos fatores (PTF) no Brasil dos últimos dez anos à primeira vista não é muito pronunciado (BONELLI, 2014).

Uma possibilidade é que o ritmo mais lento no Brasil reflita mudanças no ritmo de crescimento da economia mundial. Quanto mais interconectada for uma determinada economia em relação à economia global, de modo geral, maior será o efeito de acelerações ou desacelerações nesta sobre o país. Segundo Bonelli (2014, p. 138.), o Brasil, mesmo sendo uma economia relativamente fechada, foi beneficiado pelo acelerado crescimento da China e outros países asiáticos e pelos melhores termos de troca a ele associado a partir de 2003 até 2010- 2011.

² Bônus demográfico: Fenômeno que ocorre quando um país tem uma quantidade de pessoas em idade economicamente produtiva maior do que a parcela de pessoas em idade não produtiva, como idosos e crianças. Fonte: Infoescola. 2019.

2.2 A produtividade do trabalho no Brasil

O crescimento da produtividade é fundamental para gerar empregos melhores e aumentar o padrão de vida das pessoas ao reduzir preços e elevar a qualidade dos produtos consumidos. Na discussão a seguir é abordado o tema sobre produtividade no Brasil baseado no documento “Emprego e Crescimento: A Agenda da Produtividade” do Grupo Banco Mundial, o qual analisa alguns dos fatores que podem estar por trás do cenário de baixa produtividade no Brasil.

Naturalmente, qualquer país subdesenvolvido deseja elevar sua renda a níveis de padrões de países de alta renda, como por exemplo, o Brasil. Porém, há algumas décadas o país encontra-se preso no nível de renda média, se mantendo incapaz de fazer a convergência. Mesmo passando por mudanças estruturais associadas ao rápido crescimento e à convergência em direção a economias de alta renda, em comparação aos EUA, os brasileiros atualmente não alcançaram situação melhor que a uma geração. Em comparação, um trabalhador médio no Brasil hoje é cerca de 17% mais produtivo do que há 20 anos, enquanto a mesma comparação em países de alta renda foi de 34% (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

Infelizmente, nosso sistema econômico desincentiva a concorrência estimulando a ineficiência e a alocação inadequada de recursos, o que acaba traduzido na baixa produtividade e a estagnação do país. As empresas brasileiras operam em um ambiente de custos elevados, o qual chamam-se Custo Brasil³. Filho e Correa (2017), em estudo comparando o Brasil com Chile, China, Colômbia, México, Peru, e Rússia, demonstram que o Brasil apresenta uma distribuição de produtividade de trabalho desproporcional em empresas de baixa produtividade, ou seja, a elevada dispersão observada no Brasil, revela a baixa produtividade média da economia.

A introdução de novos conjuntos de políticas voltadas para abrir os mercados brasileiros à concorrência faz com que a produtividade média aumente. Reduzir os custos para fazer negócios, eliminar as distorções induzidas pelo governo e canalizar

³ São resultados de mercados financeiros ineficientes e altas taxas de juros, de um sistema de impostos complexo e oneroso, infraestrutura nacional inadequada e um conjunto de regras administrativas complexo. (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

as despesas públicas para o apoio à inovação e aos ganhos de eficiência também fazem parte desse aumento.

No relatório do Banco Mundial, fica evidenciado a natureza protecionista e distorcida das políticas atuais de apoio às empresas, acabando por inibir a alocação eficiente de recursos e dificultar investimentos e inovação. Pelo fato de o Brasil não estar integrado às Cadeias Globais de Valor⁴, não tira vantagem das oportunidades de coaprendizado com empresas globais, nem se beneficia de volumes maiores de vendas e economias de escala nos mercados mundiais. A aceleração da integração comercial possibilitaria ao Brasil tirar proveito de mercados globais dinâmicos aumentando sua concorrência, fortalecendo sua eficiência e produtividade.

O Brasil sofre muito com juros elevados. Essa elevação da taxa de juros pode ser traduzida pelos desequilíbrios macroeconômicos e o legado de dívidas públicas volumosas. Os *spreads*⁵ da taxa de juros, intensificados por ineficiências microeconômicas e institucionais, permanecem elevados em comparação a economias similares. Essa taxa elevada do *spread* bancários brasileiro pode ser explicada pela estrutura e contestabilidade do mercado bancário. Grande parte do sistema bancário é estatal. O Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (que são públicos), representam cerca de 40% dos ativos do sistema, enquanto 69% dos ativos dos bancos privados pertencem aos três maiores bancos privados do país (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

Tomamos como exemplo o Mercosul, onde o Brasil tem muito a ganhar com reformas comerciais coordenadas. O Brasil teve um crescimento de 7% nas exportações e 6,6% nas importações, um aumento permanente do PIB em cerca de 1% e mais de 400 mil novos empregos em um período de 10 anos. Por meio de preços mais baixos para o consumidor e aumento de empregos com salários mais elevados, as reduções de tarifas e de barreiras não tarifárias sobre importações fariam com que aumentasse os rendimentos reais das famílias, inclusive entre os 40% mais pobres da população (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

⁴ Conjunto de atividades necessárias a produção e entrega do produto ao consumidor final. (FGV, 2019).

⁵ Diferença entre o preço de compra e venda de uma ação, título ou transação monetária. (IPEA, 2019).

Para aumentar o potencial de inovação e crescimento algumas medidas podem ser tomadas. Ao reduzir o custo do comércio, poderia também aumentar a concorrência entre produtores nacionais, permitindo o acesso a mercados externos maiores e ganhos de escala, além de facilitar o acesso a novas tecnologias.

É claro que as empresas precisariam se ajustar ao aumento da concorrência e necessitariam de políticas comerciais que apoiassem o ajuste ao invés de prejudicá-lo. O Brasil gasta muito com políticas de apoio a empresas que são muitas vezes ineficazes. Na esfera federal, cerca de 4,5% do PIB foram gastos em 2016 em uma combinação de isenções fiscais, créditos subsidiados e transferências para indústrias e empresas específicas (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018).

Para isso existem as políticas de produtividade. Essas políticas concentram em eliminar distorções induzidas por políticas anteriores, permitindo com que os ativos significativos do Brasil alcancem taxas de retorno mais elevadas. Políticas complementares de inclusão são necessárias para ajudar pessoas que não se beneficiam diretamente do crescimento da produtividade, sendo que se adaptam às pressões da concorrência e tiram proveito de novas oportunidades.

Em suas mudanças estruturais, no geral, pode-se dizer que são fruto de fatores ligados ao lado da oferta e da demanda. Pelo lado da oferta, a consequente realocação de trabalhadores entre os diferentes setores e atividades econômicas, e o progresso técnico pode ser um dos fatores a impulsionar ganhos de produtividade diferenciados entre setores econômicos. Já do lado da demanda, fatores relevantes estão associados à saturação desta por determinados tipos de bens ou às mudanças nos preços relativos ou preferências dos consumidores.

Ao analisar a relação entre estrutura econômica dos países e crescimento da produtividade, vários modelos sugerem que países que se especializam em setores intensivos em conhecimento são capazes de crescer a taxas mais altas do que outros. Durante o período 1973-1990, utilizando dados de 24 setores, em 39 países, concluiu-se que, na média, a mudança estrutural não levou a ganhos de produtividade. Porém, identifica-se que países que se especializaram em setores mais avançados tecnologicamente, apresentaram crescimento de produtividade superior aos demais (FAGERBERG, 2000).

Os países desenvolvidos chegaram a sua riqueza quando os trabalhadores migraram da agricultura de baixa produtividade para o setor industrial, onde a produtividade era mais elevada. Os países latino-americanos tentaram seguir o mesmo caminho dos países desenvolvidos, porém sem sucesso, pois, em paralelo com a redução do emprego agrícola, houve uma ampliação do emprego no setor de serviços, o que contribuiu para o crescimento insuficiente da produtividade agregada nesses países (PAGÉS, 2010).

No período 1990 a 2005, o componente “mudança estrutural” contribuiu negativamente para a evolução da produtividade agregada das economias latino-americanas. As lacunas de produtividade entre diferentes setores de atividade, nos países em desenvolvimento, tendem a ser maiores do que nos países desenvolvidos. Por esse motivo, há um maior potencial de ganhos de produtividade derivados da realocação de trabalhadores entre atividades econômicas. Porém, nos países latino-americanos não foi isso que se observou. No período considerado, no conjunto deles, o componente estrutural sozinho teria levado a perdas de produtividade agregada da economia (MCMILLAN, RODRIK, 2011).

Devido a lista de fatores que afetam negativamente a produtividade, juntamente com a baixa reação do mercado de trabalho brasileiro, acaba traduzindo na demora para reduzir o desemprego.

3. METODOLOGIA

Como forma de analisar os objetivos, a proposta do trabalho é verificar o impacto da crise de 2015 no mercado de trabalho formal na cidade de Santa Maria/RS relacionada as demais cidades escolhidas.

Para isso, serão comparadas as cidades de Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul e Pelotas, no Rio Grande do Sul e Chapecó em Santa Catarina. Conforme a Tabela 1, o motivo da escolha das cidades se dá por possuírem tamanho semelhante, porém estrutura econômica diferente. Foram analisadas um total de 4.528.708 observações, onde para Santa Maria foram 568.093, Passo Fundo 597.532, Caxias do Sul 1.873.461, Pelotas 646.905 e Chapecó 842.717 observações.

Tabela 1. Comparativos entre cidades.

	População (2018)	Salário médio mensal (2016) ⁶	População ocupada (2016)	PIB <i>per capita</i> (2016)	IDH (2010)	Taxa escolarização 6-14
Santa Maria/RS	280.505	3,1	28,5	R\$ 24.596,22	0,78	98,1
Passo Fundo/RS	201.767	2,7	35,7	R\$ 42.459,59	0,77	97,3
Pelotas/RS	341.648	2,8	24,7	R\$ 22.629,54	0,73	96,9
Caxias do Sul/RS	504.069	3,1	40,8	R\$ 44.007,35	0,78	96,3
Chapecó/ SC	216.654	2,7	41,7	R\$ 39.693,55	0,79	98,4

Fonte: IBGE Cidades, 2019. Elaborada pelo Autor.

Para o presente estudo será utilizado os dados do IBGE Cidades e do CAGED. A tabela IBGE Cidade é uma ferramenta onde encontra-se resumo de informações agregadas, assim como infográficos e mapas do Brasil em um só lugar. Também é possível comparar indicadores entre municípios e estados (IBGE, 2019).

O CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) foi criado, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como registro permanente de admissões e dispensa de empregados. De acordo com o Ministério do Trabalho (2019), o CAGED “vem sendo utilizado pelo Programa de Seguro-Desemprego, para

⁶ Valores em salários mínimos.

conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais”. Servindo como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, esse cadastro possibilita ao mesmo tempo a tomada de decisões para ações governamentais (CAGED, 2019).

As variáveis principais para se analisar o impacto das crises no mercado de trabalho serão a mediana dos salários (utilizaremos essa medida por apresentar o salário que ocupa a posição central nos dados), e o saldo do trabalho definido pela diferença entre admitidos e desligados, o qual compreende toda saída de trabalhador empresa por morte, por motivo de demissão ou aposentadoria por parte do empregador ou empregado.

Para demonstrar as categorias mais afetadas pelo desemprego durante o período de crise serão utilizados dados da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A fim de demonstrar o impacto em cada cidade utilizarei as quinze primeiras categorias que mais desempregaram na crise, as quais explicam a maior parte da variação do emprego. Porém, utilizaremos os quatro primeiros números CBO por abordarem subgrupos mais amplos. Não utilizamos subgrupos mais específicos, pois apresentaria problemas de aferição. Os saldos apresentados são exatamente os saldos no período da crise.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) começou sua criação em 1977 com base na Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO), e logo foi desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) passando por alterações ao longo do tempo até chegar ao modelo atual. A CBO identifica ocupações no mercado de trabalho para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. A lista é atualizada constantemente para exibir com a maior fidelidade as atividades profissionais do país, não fazendo diferenciação entre as profissões regulamentadas e as de livre exercício profissional. A CBO possui seis números, onde os quatro primeiros são referentes as famílias e os dois seguintes sobre a categoria específica. Ou seja, separa as funções de acordo com grupos de ocupações, que são divididas em subgrupos principais e, depois, em subgrupos mais específicos (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2019).

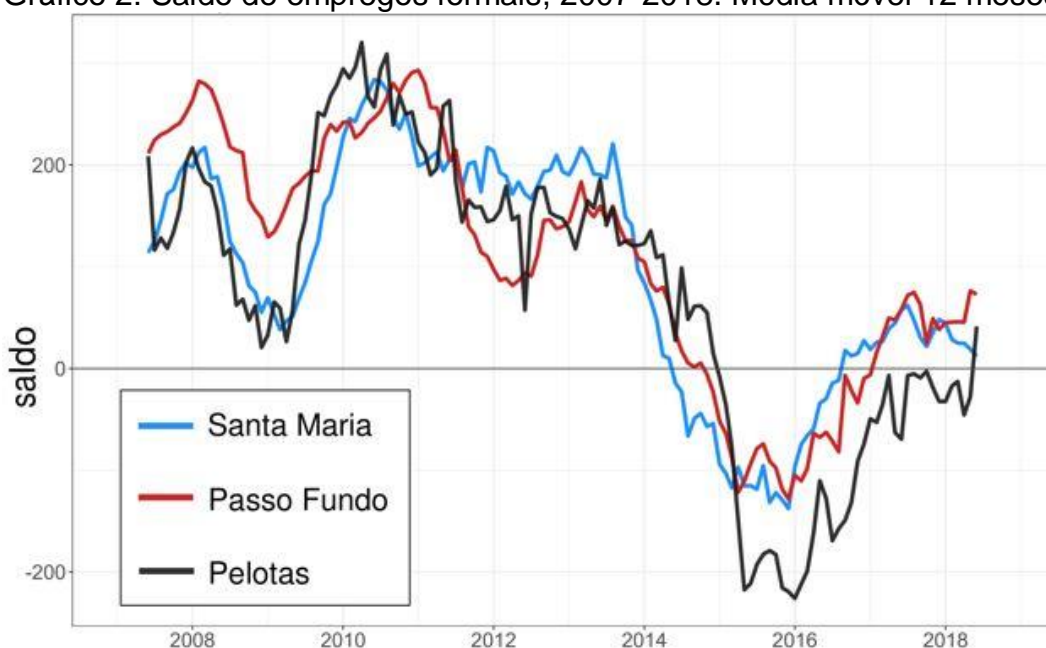
4. EFEITO DA CRISE ECONÔMICA EM SANTA MARIA: UM ESTUDO COMPARADO

Na seção a seguir, são apresentados os resultados dos dados de interesse regional sobre a análise do comportamento do mercado de trabalho formal de Santa Maria comparando os resultados com outras cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Os dados abrangem os períodos entre janeiro de 2007 e dezembro de 2018 passando pela crise de 2015, a qual teve impacto no aumento do desemprego no Brasil.

4.1 Saldo de empregos formais

O saldo de empregos formais, ocorrido na crise de 2015 impactou na economia regional como podemos aferir no Gráfico 2. O saldo mede a diferença entre desligados e admitidos, incluindo desligamento a pedido do trabalhador e aposentadorias, onde a maior parte da variação do saldo se dá por demissões com ou sem justa causa. Cabe salientar, as demais cidades citadas não estão no gráfico pois iria distorcer o resultado por apresentarem uma população maior.

Gráfico 2: Saldo de empregos formais, 2007-2018. Média móvel 12 meses.



Fonte: CAGED, 2019.

Em junho de 2014, o saldo fica negativo em Santa Maria retornando positivo em setembro de 2016. Percebe-se que a cidade teve um comportamento semelhante as de outras cidades do Rio Grande do Sul.

4.2 Duração da crise

A tabela 2, mede a duração da crise⁷ em Santa Maria comparando sua situação a de outros municípios com características semelhantes. Percebemos que Santa Maria não difere seu comportamento em relação as demais cidades. O início da crise no município ocorreu com uma diferença de poucos meses em relação a outros municípios, sua duração foi semelhante as cidades de Passo Fundo e Chapecó. O saldo negativo elevado de Caxias do Sul se deve ao fechamento de unidades (braços) de grandes indústrias como Randon, Marcopolo e Fras-le todas do setor de indústria de material de transporte, que de 2013 a 2016 acumulou saldo negativo igual a 27.337.

A última coluna representa a soma dos empregos perdidos ao longo da crise. Para Santa Maria esse período apresentou um aumento acumulado de 2,4% no nível de desemprego formal.

Tabela 2: Comparação da crise de Santa Maria com outros municípios com características semelhantes.

Cidade	Início da crise de desemprego	Duração (meses)	Emprego (acumulado)
Santa Maria/RS	06/2014	27	-2.325
Passo Fundo/RS	11/2014	27	-2.426
Pelotas/RS	01/2015	41	-4.837
Caxias do Sul/RS	12/2013	44	-27.337
Chapecó/ SC	01/2015	24	-3.820

Fonte: CAGED, 2019. Elaborado pelo autor.

⁷ Crise: Média móvel dos 12 meses no período onde o “emprego” torna-se negativo e não retorna aos padrões anteriores.

Em Caxias do Sul, o maior número de desemprego está relacionado ao fechamento de uma fábrica de carrocerias para ônibus, impactando na demissão de grande número de funcionários e desligamento de empresas que prestavam serviços à indústria.

4.3 Salários

O Gráfico 3 apresenta a mediana dos salários reais⁸ (levando em conta a inflação) dos trabalhadores admitidos entre 2007 e 2018. Utilizamos a mediana ao invés da média, pois ela representa os rendimentos da pessoa que está exatamente no meio da distribuição de renda e por ser uma medida mais representativa. A média dos salários pode ser distorcida se alguns trabalhadores ganham salários muito altos. O objetivo de apresentar os salários no momento inicial do emprego é comparar as oportunidades de trabalho em Santa Maria com outras cidades, visto que a legislação trabalhista brasileira restringe a diminuição do salário nominal dos trabalhadores.

Gráfico 3: Mediana dos salários (R\$), trabalhadores admitidos. Preços de 04/2019.



Fonte: CAGED, 2019.

⁸ Deflator: IPCA.

O gráfico demonstra, em média, que Santa Maria possui salários mais baixos que as outras cidades comparadas. Porém, até o ano de 2013, a mediana dos salários no município era maior que em Pelotas. Percebemos no gráfico dois picos de admitidos na cidade de Passo Fundo nos anos entre 2017 e 2019. Não obtive respostas sobre tal oscilação.

4.4 Impacto setorial da crise

Essa seção tem como objetivo apresentar os resultados das quatro primeiras categorias (uma lista mais ampla, abrangendo quinze categorias, encontra-se no Anexo 1) mais atingidas durante as crises nas cinco cidades pesquisadas, com o intuito de comparar as demais com Santa Maria e averiguar os quatro subgrupos (Tabela 3) mais impactantes.

Sendo assim, utilizou-se os quatro primeiros números CBO por abordarem subgrupos mais amplos. Não utilizamos subgrupos mais específicos, pois apresentaria problemas de aferição. Os saldos apresentados são exatamente os saldos no período da crise.

Para tornar os resultados mais específicos, serão apresentados os resultados por cidades enumerando os quatro primeiros subgrupos de cada cidade.

Tabela 3: Classificação dos quatro primeiros grupos CBO para as cinco cidades pesquisadas.

Santa Maria	CBO	Categoria	Saldo
1	5211	Operadores do comércio em lojas e mercados	-424
2	7152	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	-252
3	7825	Motoristas de veículos de cargas em geral	-232
4	1414	Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	-135
Caxias do Sul	CBO	Categoria	Saldo
1	7243	Trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas	-2030
2	7251	Montadores de máquinas, aparelhos e acessórios em linhas de montagem	-1566
3	7212	Preparadores e operadores de máquinas-ferramenta convencionais	-1504

4	7242	Trabalhadores de traçagem e montagem de estruturas metálicas e de compósitos	-1211
Chapecó	CBO	Categoria	Saldo
1	7152	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	-559
2	7825	Motoristas de veículos de cargas em geral	-297
3	8621	Operadores de máquinas a vapor e utilidades	-247
4	7155	Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis	-229
Passo Fundo	CBO	Categoria	Saldo
1	8485	Magarefes (açougueiro) e afins	-239
2	7152	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	-238
3	4110	Agentes, assistentes e auxiliares administrativos	-162
4	5211	Operadores do comércio em lojas e mercados	-151
Pelotas	CBO	Categoria	Saldo
1	7842	Alimentadores de linhas de produção	-477
2	5211	Operadores do comércio em lojas e mercados	-441
3	7825	Motoristas de veículos de cargas em geral	-323
4	7152	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	-247

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao considerar as quatro primeiras categorias que geraram maior desemprego durante a crise, pode-se observar a característica de mercado trabalho de cada município.

Como demonstrado na Tabela 3, os quatro subgrupos mais impactados pelo período de crise em Santa Maria são: operadores do comércio em lojas e mercado; trabalhadores de estrutura de alvenaria; motoristas de veículos de carga em geral; gerentes de operações comerciais e de assistência técnica.

Em Santa Maria, observa-se que a categoria de comércio lojista possui característica principal de mercado formal. Por ser a categoria que mais emprega na cidade, é possível observar o nível de desemprego nesse setor.

Em informações contidas em jornais do período da crise, foi possível observar as estratégias que o comércio teve que fazer para enfrentar a crise econômica. Por exemplo, o jornal Zero Hora apresentou no dia 07 de abril de 2015, a notícia onde a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e o SINDILOJAS de Santa Maria abordam propostas para contornar a crise como a abertura do comércio no primeiro domingo de cada mês (GAÚCHA ZH, 2015). A prefeitura também se mostrou mobilizada com

os efeitos da crise. Nos dias 14 e 15 de julho de 2016, a Prefeitura Municipal de Santa Maria publicou em seu site a discussão, proposta pelo prefeito da época Cezar Schirmer juntamente com o presidente da FECOMÉRCIO (Federação do Comércio de Bens e de Serviços) e empresários, sobre soluções dinâmicas e criativas para enfrentar a crise (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 2016).

Os quatros subgrupos mais impactados pelo período de crise em Caxias do Sul foram: trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas; montadores de máquinas, aparelhos e acessórios em linha de montagem; preparadores e operadores de máquinas-ferramentas convencionais; trabalhadores de traçagem⁹ e montagem de estruturas metálicas e de compósitos. Por se tratar de uma cidade com maior número de indústrias, destaca-se os setores de metalmeccânica como os mais afetados.

Em notícia do jornal regional Pioneiro, vinculado ao Grupo RBS (Rede Brasil Sul de Televisão), no dia 28 de janeiro de 2016, trouxe a notícia do fechamento de 14,5 mil vagas de emprego na indústria de metalmeccânicos entre os anos de 2014 e 2016 (PIONEIRO, 2016).

Para a cidade de Chapecó/SC, os quatros primeiros subgrupos mais impactados pelo período de crise foram: trabalhadores de estruturas de alvenaria; motoristas de veículos de cargas em geral; operadores de máquinas a vapor e utilidades; trabalhadores de montagem de estrutura de madeira, meta e compósitos em obras civis.

No dia 23 de março de 2016, a SINDIFISCO (Sindicais dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina) publica em seu site, a notícia da palestra do secretário Gavazzoni para empresários e dirigentes políticos sobre a crise econômica. Aborda que em momentos de crise há um aumento da demanda sobre serviços públicos e ressalta a importância da não elevação de impostos no período de crise (SINDIFISCO, 2016).

Em Passo Fundo, os quatros primeiros subgrupos mais impactados pelo período de crise foram: magarefes (açougues) e afins; trabalhadores de estrutura de alvenaria; agentes, assistentes e auxiliares administrativos; e, operadores do comércio em lojas e mercados.

⁹ Confeção de gabaritos.

Para esse município observa-se o subgrupo de açougues como o mais impactado. A região possui além de grande número de frigoríficos, grandes empresas como BRF e braços da JBS. O jornal Estadão publicou em seu site, no dia 3 de maio de 2016, a suspensão de atividades do frigorífico Companhia Minuano de Alimentos, que atua no setor avícola, após fim de contrato com a empresa JBS (LARA, 2016). Já no site do CORECON/RS (Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul), o economista Julcemar Bruno Zilli, chama atenção para a redução no volume de Financiamento Estudantil (FIES) repassado às Instituições de Ensino da região. Essa redução teve impactos no setor imobiliário, transporte, alimentação e setor de lojas e prestação de serviços (ZILLI, 2019).

Os quatro primeiros subgrupos mais impactados pelo período de crise em Pelotas foram: alimentadores de linha de produção; operadores do comércio em lojas e mercados; motoristas de veículos de cargas em geral; e, trabalhadores de estrutura de alvenaria. Observa-se nessa cidade a característica de impacto nos setores de serviço lojista e mercado.

O jornal Diário da Manhã em 24 de outubro de 2019, trouxe a notícia sobre a condição do setor de varejo da cidade, onde o número de lojas fechadas na cidade desde 2016 supera os 20% o volume médio registrado no mesmo período dos últimos anos. A fim de compensar essa perda, estabelecimentos comerciais realizam liquidações que chegam a 70%. Na mesma reportagem, o Sindicato do Comércio Varejista de Pelotas (Sindilojas Pelotas) comenta que os lojistas têm dificuldades em arcar com as despesas como salário, aluguel, energia elétrica entre outros. A queda dos 20% no volume médio também afetou os setores de móveis e eletrodomésticos (ROTA, 2016).

Como podemos observar nos dados apresentados no período de crise, tanto a economia em Santa Maria como nas demais cidades analisadas tiveram um baixo desempenho afetando significativamente o emprego formal.

5. CONCLUSÃO

A crise de 2008 nos Estados Unidos, causada pela insolvência generalizada no sistema de hipotecas imobiliárias, trouxe ao Brasil impactos negativos. Seu Produto Interno Bruto (PIB) caiu mais de 4% entre o último trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009, sendo o setor industrial como o principal responsável por essa queda.

Após a crise de 2008, o Brasil passou por uma série conturbada na política. Protestos em 2013 contra a gestão da então presidente Dilma Rousseff, fez com que em 2015, a economia brasileira apresentasse problemas. Esses problemas resultaram em uma combinação de choques de oferta e demanda, o que produziu uma redução da capacidade de crescimento da economia brasileira e piora na situação das finanças públicas.

Utilizando a ferramenta *Google Trends*, mostrou-se a procura pela palavra “emprego” no período entre 2007 e 2019. Notou-se a intensificação pela procura nos primeiros meses de 2015 e no ano de 2016.

Esse estudo teve por objetivo pesquisar sobre a crise no mercado de trabalho formal no ano de 2015 para a região de Santa Maria, onde foi comparada com outras cinco cidades. Utilizando dados do CAGED e do IBEG cidades, as escolhas dessas foram feitas por apresentarem características semelhantes.

Como resultado, o estudo apresentou que, entre os anos pesquisados, a crise de 2015 impactou na economia regional mais que a crise de 2008. Percebeu-se que Santa Maria não diferiu seu comportamento em relação as demais cidades, e, o início da crise no município ocorreu com uma diferença de poucos meses em relação a outros municípios.

Para aferir o impacto setorial da crise, utilizou-se as quinze primeiras categorias mais atingidas durante tal período nas cinco cidades pesquisadas, com o intuito de compará-las com Santa Maria e averiguar os quatro subgrupos mais impactantes. A fim de observar a característica de mercado trabalho de cada município, considerou-se as quatro primeiras categorias que geraram maior desemprego durante a crise.

Notou-se que para o município de Santa Maria, o setor de comércio lojista possui característica principal de mercado formal, por essa categoria ser a que mais emprega na cidade, é possível observar que o nível de desemprego foi maior nesse setor. Já para a cidade de Caxias do Sul, por se tratar de uma cidade com maior número de indústrias, destaca-se os setores de metalmeccânica como os mais afetados. Para a cidade de Chapecó/SC, o serviço de alvenaria e operadores de máquinas foram os mais afetados. Em Passo Fundo, observa-se o subgrupo de açougues como o mais impactado. A região possui além de grande número de frigoríficos, grandes empresas como BRF e braços da JBS. Para Pelotas, o impacto da crise se deu nos setores de comércio lojista e mercado.

Cabe ressaltar que entre os períodos de crise, cada município utilizou artifícios que dispunham para amenizar ou tentar contornar os efeitos dessa, desde estratégias de vendas a reduções de impostos em algumas categorias.

Percebe-se que os municípios aqui elencados estão adotando estratégias para se reerguerem. O impacto do desemprego no mercado formal nas localidades estudadas, embora desde 2016 apresente uma melhora, ainda não chegou a patamares pré-crise.

Considera-se de extrema relevância novos estudos na área buscando aumentar a abrangência do impacto da crise, não só a nível regional como estadual.

6. REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, F. **A crise econômica de 2014/2017**. Estud. av. vol.31 no.89 São Paulo Jan./Apr. 2017.

BARBOSA FILHO, F. **Mercado de trabalho no Brasil: passado, presente e futuro. Panorama do mercado de trabalho no Brasil**. FGV. 2014.

BONELLI, R. Produtividade e armadilha do lento. In. DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. de (Ed.) **Produtividade no brasil: desempenho e determinantes – vol. 1 – desempenho**. Brasília, 2014. p. 111-142.

BONELLI, F. VELOSO AND A. PINHEIRO (Ed.). **Anatomia da Produtividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 63-107.

CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**, 2019. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

CAMARGO, J. **Evolução recente do mercado de trabalho e perspectivas. Panorama do mercado de trabalho no Brasil**. FGV. 2014.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES. **Ministério do trabalho**, 2019. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionId=h50AHM8U6mQKkE6LHMbZvBpR.slave16:mte-cbo>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

CORSEUIL, C. H., MOURA, R. e RAMOS, L. Expansão do emprego formal e tamanho das empresas: 1995-2011. **Panorama do mercado de trabalho no Brasil**. FGV. 2014.

DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. Os dilemas e os desafios da produtividade no brasil. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. de (Ed.) **Produtividade no brasil: desempenho e determinantes – vol. 1 – desempenho**. Brasília, 2014. p. 16-58.

DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. de (Ed.) **Produtividade no brasil: desempenho e determinantes – vol. 1 – desempenho**. Brasília, 2014. p. 281-314.

Em palestra para empresários e dirigentes políticos de Chapecó, secretário Gavazzoni fala sobre a crise econômica. **SINDIFISCO**, 2016. Disponível em:

<<http://www.sindifisco.org.br/noticias/em-palestra-para-empresarios-e-dirigentes-politicos-de-chapeco-secretario-gavazzoni-fala-sobre-a-crise-economica>>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

Encontro entre Schirmer, presidente da Fecomércio e empresários discutiu desafios à crise. **Prefeitura Municipal de Santa Maria**. 2016. Disponível em: <<https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/13391-encontro-entre-schirmer-presidente-da-fecomercio-e-empresarios-discutiu-desafios-a-crise>>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

FAGERBERG, J. Technological progress, structural change and productivity growth: a comparative study. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 11, n. 4, p. 393-411, jan. 2000.

FILHO, F. H. B.; CORRÊA, F. Distribuição de produtividade do trabalho entre as empresas e produtividade do trabalho agregada no Brasil. In: BONELLI, R.; VELOSO, F.; PINHEIRO, A. C. **Anatomia da produtividade no Brasil**. Rio de Janeiro, 2017. p. 109-141.

GONÇALVES, R. **Crise econômica: Radiografia e soluções para o Brasil**. UFRJ, 29 outubro 2008.

GONZAGA, P. e PINTO, R.: **Rotatividade do trabalho e incentivos da legislação trabalhista. Panorama do mercado de trabalho no Brasil**. FGV. 2014.

GRUPO BANCO MUNDIAL. 2018. **Emprego e crescimento: a agenda da produtividade (Portuguese)**. Washington, D.C.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de contas nacionais Brasil**. Rio de Janeiro, 2008. (Nota metodológica n. 7: rendimento do trabalho e ocupação).

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

Indústria metalmeccânica de Caxias fechou 14,5 mil vagas em dois anos. **Pioneiro**, 2016. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2016/01/industria-metalmeccanica-de-caxias-fechou-14-5-mil-vagas-em-dois-anos-4962288.html>>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

JONES, P. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. São Paulo. 2000.

LARA, G. Após fim de contrato com JBS, Minuano fecha unidade no RS e demite 300 funcionários. **Estadão**, 2016. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,apos-fim-de-contrato-com-jbs--frigorifico-minuano-fecha-unidade-no-rs-e-demite-300-funcionarios,10000048865>>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

MCMILLAN, M. S.; RODRICK, D. **Globalization, structural change and productivity growth**. National Bureau of Economic Research, 2011.

MOURA, R. e BARBOSA FILHO, F. A queda de informalidade no Brasil entre 2002 e 2012. **Panorama do mercado de trabalho no Brasil**. FGV. 2014.

NETO, O. **A crise política brasileira de 2015-2016 Diagnóstico, sequelas e profilaxia**. Relações Internacionais no.52 Lisboa dez. 2016.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD perspectives on global development 2014: boosting productivity to avoid the middle-income trap**. OECD Development Center, Paris, França.

Para enfrentar a crise econômica, comércio de Santa Maria pode abrir aos domingos. **Gaúcha ZH**, 2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/04/para-enfrentar-a-crise-economica-comercio-de-santa-maria-pode-abrir-aos-domingos-4734885.html>>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

PAGÉS, CARMEN (Ed.). The age of productivity: transforming economies from the bottom up. [S.l.]: **Palgrave Macmillan**, 2010.

PINHEIRO, A. C. A produtividade do investimento em infraestrutura. In: BONELLI, R.; VELOSO, F.; PINHEIRO, A. C. **Anatomia da produtividade no Brasil**. Rio de Janeiro, 2017. p. 289-322.

POCHMANN, M. **O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais**. Estudos avançados 23 (66), 2009a.

ROTA, M. M. Varejo: crise do setor atinge pelotas e lojas fazem grandes liquidações. **Diário da manhã**, 2016. Disponível em:

<<http://diariodamanhapelotas.com.br/site/varejo-cri-se-do-setor-atinge-pelotas-e-lojas-fazem-grandes-liquidacoes/>>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

VELOSO, F., S. MATOS, P. FERREIRA AND B. COELHO. 2017. “O Brasil em Comparações Internacionais de Produtividade: Uma Análise Setorial.” In: R. Bonelli, F. Veloso and A. Pinheiro (eds.). **Anatomia da Produtividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 63-107.

ZILLI, J. B. Impactos da crise na região de Passo Fundo. **CORECON**, 2019. Disponível em: <<http://www.coreconrs.org.br/economia-em-dia/373-impactos-da-cri-se-na-regiao-de-passo-fundo.html>>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

ANEXO 1 - RESULTADOS DAS QUINZE PRIMEIRAS CATEGORIAS MAIS ATINGIDAS DURANTES O PEÍODO DE CRISE

Tabela A1: Classificação dos quinze primeiros grupos CBO de Santa Maria

Santa Maria	CBO	Categoria	Saldo
1	5211	Operadores do comércio em lojas e mercados	-424
2	7152	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	-252
3	7825	Motoristas de veículos de cargas em geral	-232
4	1414	Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	-135
5	7155	Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis	-116
6	1421	Gerentes administrativos, financeiros, de riscos e afins	-96
7	8483	Padeiros, confeitheiros e afins	-86
8	2251	Médicos clínicos	-81
9	4101	Supervisores administrativos	-76
10	7244	Trabalhadores de caldeiraria e serralheria	-74
11	7102	Supervisores da construção civil	-73
12	7154	Trabalhadores na operação de máquinas de concreto usinado	-71
13	7822	Operadores de equipamentos de movimentação de cargas	-63
14	7711	Marceneiros e afins	-56
15	7243	Trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas	-52

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela A2: Classificação dos quinze primeiros grupos CBO de Caxias do Sul.

Caxias do Sul	CBO	Categoria	Saldo
1	7243	Trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas	-2030
2	7251	Montadores de máquinas, aparelhos e acessórios em linhas de montagem	-1566
3	7212	Preparadores e operadores de máquinas-ferramenta convencionais	-1504

4	7242	Trabalhadores de traçagem e montagem de estruturas metálicas e de compósitos	-1211
5	7214	Operadores de máquinas de usinagem CNC	-955
6	4141	Almoxarifes e armazenistas	-826
7	7233	Trabalhadores da pintura de equipamentos, veículos, estruturas metálicas e de compósitos	-816
8	3912	Técnicos de controle da produção	-799
9	7152	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	-749
10	3911	Técnicos de planejamento e controle de produção	-675
11	7825	Motoristas de veículos de cargas em geral	-607
12	5211	Operadores do comércio em lojas e mercados	-564
13	7311	Montadores de equipamentos eletroeletrônicos	-533
14	4142	Apontadores e conferentes	-530
15	7245	Operadores de máquinas de conformação de metais	-471

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela A3: Classificação dos quinze primeiros grupos CBO de Chapecó/SC.

Chapeco	CBO	Categoria	Saldo
1	7152	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	-559
2	7825	Motoristas de veículos de cargas em geral	-297
3	8621	Operadores de máquinas a vapor e utilidades	-247
4	7155	Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis	-229
5	7156	Trabalhadores de instalações elétricas	-183
6	1421	Gerentes administrativos, financeiros, de riscos e afins	-135
7	6230	Tratadores polivalentes de animais	-131
8	7102	Supervisores da construção civil	-119
9	2332	Instrutores de ensino profissional	-108
10	5112	Fiscais e cobradores dos transportes coletivos	-106
11	7823	Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	-94
12	4211	Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	-93
13	7243	Trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas	-93

14	7153	Montadores de estruturas de concreto armado	-89
15	4141	Almoxarifes e armazenistas	-82

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela A4: Classificação dos quinze primeiros grupos CBO de Passo Fundo.

Passo Fundo	CBO	Categoria	Saldo
1	8485	Magarefes (açougueiro) e afins	-239
2	7152	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	-238
3	4110	Agentes, assistentes e auxiliares administrativos	-162
4	5211	Operadores do comércio em lojas e mercados	-151
5	7243	Trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas	-119
6	7155	Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis	-113
7	1414	Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	-109
8	7212	Preparadores e operadores de máquinas-ferramenta convencionais	-109
9	7170	Ajudantes de obras civis	-96
10	7822	Operadores de equipamentos de movimentação de cargas	-95
11	4101	Supervisores administrativos	-88
12	7253	Montadores de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas	-87
13	1423	Gerentes de comercialização, marketing e comunicação	-85
14	7825	Motoristas de veículos de cargas em geral	-75
15	1421	Gerentes administrativos, financeiros, de riscos e afins	-67

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela A5: Classificação dos quinze primeiros grupos CBO de Pelotas.

Pelotas	CBO	Categoria	Saldo
1	7842	Alimentadores de linhas de produção	-477
2	5211	Operadores do comércio em lojas e mercados	-441
3	7825	Motoristas de veículos de cargas em geral	-323
4	7152	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	-247

5	4110	Agentes, assistentes e auxiliares administrativos	-238
6	1421	Gerentes administrativos, financeiros, de riscos e afins	-173
7	5142	Trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas	-158
8	4211	Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	-146
9	1414	Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	-145
10	4101	Supervisores administrativos	-128
11	5132	Cozinheiros	-122
12	4142	Apontadores e conferentes	-102
13	1423	Gerentes de comercialização, marketing e comunicação	-96
14	8418	Operadores de equipamentos na fabricação de pães, massas alimentícias, doces, chocolates e achocolatados	-94
15	7151	Trabalhadores na operação de máquinas de terraplenagem e fundações	-93

Fonte: Elaborada pelo autor.